

# Entre a economia e a crítica feminista da “racionalidade”<sup>1</sup>: um esboço dos cursos de economia doméstica no Brasil

**Elaine da Silveira Leite<sup>2</sup>**

## Resumo

Partindo da perspectiva da sociologia econômica, que considera a economia resultado de construções sociais moldadas por princípios ético-religiosos, morais e culturais, este artigo pretende esboçar um retrato do surgimento das escolas, dos cursos superiores e dos manuais de economia doméstica no Brasil e de sua decadência, correlacionando-os com as ondas do movimento feminista. Em especial, destacaremos o crescente campo de estudos sobre a crítica feminista da economia. Esta desponta como crítica direta à economia *mainstream*, que pretende desconstruir a ideia do *homo oeconomicus* da teoria neoclássica. Deste modo, a pesquisa busca ilustrar que, ao longo da produção do conhecimento de tais cursos, ocorreu um ofuscamento das atividades econômicas que envolvem o ambiente doméstico e a intimidade, “simbolicamente” naturalizando a atribuição das ações racionais aos homens.

**Palavras-chave:** Economia. Economia doméstica. Crítica feminista. Sociologia econômica. Racionalidade.

## I Entre economias e a crítica feminista

A palavra “economia”, historicamente, refere-se às atividades vinculadas à organização do lar. Etimologicamente, “economia” é composta de duas palavras gregas: *oikos*, que significa “agregado familiar”, e *nomos*, entendido como “costume ou lei”, o que envolve, de modo geral, a ideia de gestão (BOLAND, 1997)<sup>3</sup>. Nos tempos antigos, o termo “economia” era usado para distinguir a economia da casa (*oikos*) em relação à cidade (*polis*) (BOLAND, 1997).

1 Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada no XVII Congresso Brasileiro de Sociologia, realizado entre 20 e 23 de julho de 2015 em Porto Alegre (RS).

2 Professora do Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS), da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). E-mail: elaineleite10@gmail.com

3 Ver a continuação dessa discussão em: BOLAND, D. G. Economics and Aristotle's Division of the Sciences, 1997. Disponível em: <<http://www.cts.org.au/1997/aristotl.htm>>. Acesso: jan. 2014.

De acordo com Aristóteles<sup>4</sup>, *oikos* (família, doméstico) é definido como a forma específica de *koinwnia* (comunidade, associação), que integra os indivíduos na vida comum; como membros de um *oikos*, estes podem se tornar membros de uma *polis* (BOLAND, 1997).

A noção de “economia”, portanto, vem associada à ideia de gestão para a garantia de provisões adequadas para uma comunidade. Neste sentido, Polanyi (1977) apresenta uma distinção entre as concepções substantiva e formal da economia. De acordo com o referido autor, a economia sempre fez parte da história da humanidade em seu sentido substantivo; já o seu caráter formal, que abrange a noção de mercado, é muito recente. “Aristóteles tinha razão: o homem não é um ser econômico, mas sim, um ser social. Ele não procura salvaguardar seu interesse pessoal com a aquisição de bens materiais, ao contrário, ele procura assegurar o bem-estar social, o estatuto e os benefícios sociais” (POLANYI, 1977, p. 87). A partir deste ponto, Polanyi afirma, contestando os economistas clássicos, que a economia é submersa nas relações sociais. A transição para uma sociedade que está submergida pela economia é uma evolução muito recente (POLANYI, 1977). Assim, o autor refere-se à importância da compreensão desse significado substantivo de economia para de fato entender, historicamente, as práticas econômicas e as diferenças entre os vários sistemas sociais e econômicos que precederam o capitalismo e, ao mesmo tempo, também foram responsáveis por sua atual configuração.

A concepção de economia, portanto, deriva de um deslocamento do termo, que passou do campo privado para o da administração pública, indo do manejo dos recursos domésticos para o gerenciamento de questões que envolvem a economia de uma nação (POLANYI, 1997; ELIAS, 2006: 171). Neste sentido, a expressão “economia política” nasce como sintoma principal dessa mudança; os fisiocratas foram os responsáveis pela introdução do termo em um domínio mais amplo, público e científico (ELIAS, 2006, p. 171). Considerados os precursores da ciência econômica moderna, os fisiocratas foram influenciados pelas ciências naturais e tomavam os aspectos da sociedade como um conjunto de funções – em certa medida autorreguladas como os processos da natureza – que seguem suas próprias leis; assim, passaram a descrever e formular leis que explicavam as relações entre os fenômenos no campo da

---

4 *Ibid.*

ciência econômica, justificadas empiricamente pelas leis naturais (ELIAS, 2006: 171). Já na primeira metade do século XIX, os economistas clássicos foram muito além do foco dado à capacidade “natural” e autorreguladora das funções sociais. Eles alocaram as “leis econômicas” – em especial a concepção de “mercado”, entendido como a capacidade autorreguladora de certas funções sociais – no centro de suas doutrinas, bem como passaram a tecer críticas à intervenção governamental (ELIAS, 2006). Em pouco tempo, essa percepção de economia naturalizou-se na sociedade moderna; o termo passou a ser associado automaticamente a uma economia de mercado governada por leis próprias e por instituições sociais (empresa privada e sistema de trabalho assalariado, por exemplo), endossada pela lei da oferta e demanda e motivada pelo medo da fome e pelo desejo de ganho (POLANYI, 1977).

A ciência econômica – que consideramos, hoje, *mainstream* – passou a produzir suas próprias teorias, sua racionalidade, e a afirmar sua independência com relação às ciências da natureza e às demais ciências sociais, tomando a forma de um estudo dedicado ao comportamento dos indivíduos. Essa autonomia da ciência econômica em relação às demais ciências levou muitos pesquisadores a cometerem deslizes epistemológicos: ao desconsiderar o contexto histórico, caíram na armadilha, enfatizada por Polanyi, da falácia economicista, que associa naturalmente a economia com o seu sentido formal – o mercado (POLANYI, 1977): “[...] o que designamos por falácia economicista foi e é um erro essencialmente do ponto de vista teórico. Isso porque, para todos os efeitos práticos, a economia consiste agora de fato em mercados e o mercado envolve de fato a sociedade” (POLANYI, 1977, p. 9).

Essa aparente síntese dos conceitos que expressa a economia foi tema de discussão de muitos pesquisadores, principalmente daqueles advindos das ciências sociais, que tentaram (re)estabelecer um diálogo entre a antropologia, a história, a sociologia e a economia, buscando romper suas fronteiras para uma compreensão que considere os fatos econômicos como produtos da interação social (ABRAMOVAY, 2004). Neste trabalho, vale lembrar o esforço de alguns estudiosos que, na metade do século XX, já contribuía para tal empreitada, como Karl Polanyi e Neil Smelser. Posteriormente, estes formaram uma base para o advento da “Nova Sociologia Econômica” da década de 1980 e, em particular, para o fortalecimento de uma sociologia preocupada com a vida econômica dos indivíduos.

Polanyi, como já destacamos, foi fundamental ao apresentar a distinção entre o sentido substantivo e o formal da economia, destacando a relevância do contexto histórico e enfatizando que a ação econômica deve ser compreendida através da análise das instituições que constituem uma determinada sociedade, e não apenas dos comportamentos dos indivíduos. Já Neil Smelser, em “A sociologia da vida econômica” (1963), ressalta a importância de observar as atividades econômicas em si mesmas, considerando o contexto social e as variáveis não econômicas no condicionamento dos diversos tipos de ações econômicas: produção, distribuição e consumo. Com base nesses pressupostos, a sociologia econômica abre espaços para refletir sobre a relação entre a sociologia e as práticas cotidianas dos brasileiros, com o objetivo de compreender como as práticas econômicas dos indivíduos se configuram e (re)configuram ao longo do tempo – em relação aos aspectos morais, políticos e ético-culturais da sociedade – em racionalidades que vão além da ideia do homem maximizador de seus interesses.

Neste ponto, a sociologia processual e relacional de Norbert Elias se torna instigante. O autor, ao retratar a sociedade de corte, explica como o termo “economia” era empregado pejorativamente pelas classes altas do século XVII e início do século XVIII. Neste período, a correspondência entre *consumo* e *status* compunha o código social que dominava as atitudes econômicas dos estratos mais altos das tradicionais sociedades europeias pré-industriais, anteriores à Revolução Francesa.

O código social dos ricos e poderosos era oposto à lógica que exigia a subordinação das despesas à renda. O *ethos* de *consumo* (*status-consumption ethos*) em função do estatuto social era a única salvaguarda da posição social da família; mais ainda, o êxito social dependia da adequação das despesas domésticas e do consumo em geral exclusivamente à posição social que se tinha ou a que se aspirava (ELIAS, 1987, p. 42). Elias (2006) aponta que o recente *ethos* que prescreve como virtude o equilíbrio das contas pessoais e a poupança de parte da receita para investimentos (futuros) só poderia surgir em uma sociedade com recursos líquidos (poupança) para que fosse viável o desenvolvimento de crédito e investimento (ELIAS, 2006), isto é, esse “novo” *ethos* não poderia florescer em uma economia na qual vigorava o “*status-consumption ethos*”.

O “*saving-for-future-profit ethos*”, de acordo com Elias (1987; 2006), nasce, portanto, com a ascensão da burguesia profissional, que obriga os indivíduos

(ou a família) a equilibrar as despesas e as receitas, isto é, manter um nível de consumo abaixo das receitas, com o objetivo de reinvestir a diferença para aumentar as receitas futuras, já que o êxito social depende da subordinação dos desejos imediatos à necessidade de economizar para garantir rendimentos futuros (ELIAS, 1987, p. 41). Elias (2006) demonstra como esta mudança de comportamento econômico de determinados estratos sociais está relacionada à ascensão de uma classe média (burguesia profissional) para a qual as atitudes “racionais” passam a ser equilibrar gastos e renda, vender com lucro e poupar para investir, configurando-se, assim, em uma função social (pública) (ELIAS, 1987; 2006).

Neste ponto, é essencial retomar Weber (1968; 1987), que apresenta o avanço do “espírito” do capitalismo moderno, configurado pelo tipo ideal de homem racional, como resultado da separação entre os princípios da empresa moderna – guiada pela organização e pela contabilidade racional – e os da economia doméstica, circunscritos à função de consumo. Isto posto, para Weber (1968), um longo processo histórico possibilitou a passagem da forma econômica “tradicional” para o modelo “racional” de mercado. O desenvolvimento da indústria, do comércio moderno e da economia racional moderna, portanto, são consequências do embate com o tradicionalismo econômico. Isto é, houve uma reorientação da ação econômica, com a abertura da comunidade doméstica para os princípios do mercado, já estabelecidos em uma sociedade de propriedade individual da terra, como reforça o trecho a seguir:

[...] a comunidade doméstica sofreu, em sua ordem interna, uma transformação radical, a qual se manifesta em dois sentidos: no de sua limitação, a função de consumo, e no constante progresso de sua introdução contábil. À proporção que o direito sucessório foi se formando e suplantou o primitivo comunismo integral, delimitou-se, cada vez mais, a diferença entre o patrimônio do marido e o da mulher, e o regime de separação de bens. Esta transformação em duas direções coincidiu com o desenvolvimento da indústria e do comércio (WEBER, 1968, p. 122).

Desse modo geral, é com o advento do capitalismo moderno (cf. WEBER, 1968) que passamos a considerar três espaços distintos: a casa, como o local da economia doméstica e da intimidade; o mercado, como o espaço de trocas impessoais e autônomas; e a empresa moderna, como o lugar da gestão moderna, isto é, da burocracia (cf. WEBER, 1968). Esses espaços passaram a se constituir epistemologicamente como esferas distintas, ou até mesmo

impenetráveis. Foram também direcionados para ciências específicas: à economia *mainstream*, cabe estudar o mercado e o comportamento dos indivíduos; para a administração, a empresa constituiu-se como objeto primordial. Já a intimidade e a casa são domínios que foram eclipsados pelas ciências de um modo geral. É nesse ponto que tecemos crítica à racionalidade, pois, de acordo com os pressupostos econômicos modernos, é a atitude racional do *homo economicus que deve vigorar em todas as esferas*.

Cada vez mais, essa conceitualização da economia nos tempos modernos passa a delimitar seu sujeito universal: o homem racional. De maneira geral, as discussões sobre economia no século XIX – e, de certa forma, até hoje – prestam pouca atenção ao papel da mulher, da família e do consumo, considerados temas de uma economia doméstica que parece não possuir relevância para a atual ciência econômica *mainstream*. Isto é, a economia doméstica passa a ser (historicamente) associada à questão da sobrevivência do homem ao longo da história da humanidade: “O modo de produção na sociedade pré-capitalista e no início do capitalismo era baseado no trabalho conjunto da família, isto é, homem, mulher, criança, jovens, velhos, parentes e não-parentes que constituíam uma ‘*household*’, não separado da ordem pública” (OLIVEIRA; PIMENTEL, 2011, p. 5).

Assim, a crítica feminista da economia contesta tal ciência econômica *mainstream*, bem como o modo de produção do conhecimento e sua racionalidade universal; isto é, opõe-se à invisibilidade da economia doméstica e busca compreender as práticas econômicas realizadas pelos demais atores sociais, com destaque para o papel da mulher, da família e do consumo para além das atitudes do homem racional.

Essa busca pela reconfiguração da economia remete à relação entre economia e intimidade como mundos hostis ou esferas separadas: de um lado temos o dinheiro, a economia e os interesses materiais; de outro, a vida pessoal e íntima. Os dois constituem-se como polos opostos (ZELIZER, 2011). Em seu livro “A negociação da intimidade”, a socióloga Zelizer explica como a separação rígida entre estas duas esferas pode provocar situações injustas, ao considerar, por exemplo, o trabalho doméstico como simples expressão do afeto da mulher por sua família, já que a vida íntima não pode ser contaminada pelo “dinheiro” – símbolo da economia racional e da sociedade moderna. Ao realizar um estudo sobre os significados sociais do dinheiro, a referida autora

demonstra que fenômenos econômicos como o dinheiro, ainda que parcialmente autônomos, estão em interdependência com os sistemas de significados e com as estruturas de relações sociais em transformação ao longo da história das sociedades (ZELIZER, 2003). Um exemplo é a existência de diferentes significações que envolvem o dinheiro no âmbito doméstico, onde o dinheiro das esposas é tratado de forma diferente do dinheiro da renda dos maridos.

*In the early 20<sup>th</sup> century, for instance, among U.S. farm families, women's egg money and butter-money were distinguished from their husbands' wheat money or corn money. Her money provided for family daily expenses, his paid for mortgages and new machinery. And as more married women entered the labor force their earnings were dubbed as "pin money" often treated as a more frivolous income than their husband's.* (ZELIZER, 1994, p. 158).

Para a autora, o dinheiro incorpora os significados sociais e simbólicos atribuídos ao dinheiro daqueles que o manejam; no caso exemplificado no excerto acima, o dinheiro do homem tem destino diferente – e mais estimado – do dinheiro da mulher, já que é ele quem cumpre uma função social (produtiva e pública).

Hochschild, no livro *"The Commercialization of Intimate Life"* (2003), demonstra que os conflitos que ocorrem na esfera da intimidade são reflexos das contradições da sociedade capitalista moderna. Isto é, ao entrar na vida íntima, o espírito do capitalismo (cf. WEBER, 1987) compete com a instituição familiar, afetando as mulheres em seu papel de mães e de esposas. A autora mostra que, após a efetivação das mulheres no mercado de trabalho, há uma prescrição de códigos que buscam misturar padrões femininos e masculinos, entre o tipo tradicional e o moderno de vida; as mulheres precisam conviver com padrões tradicionais (mãe, esposa e dona de casa – privados) e modernos (independência e trabalho – públicos). Assim, no mundo em que o sujeito universal é racional, a administração das emoções e das mudanças ocasionadas pelos tempos modernos recai na (re)configuração do papel da mulher, que passa a conviver com a divisão sexual do trabalho tanto no âmbito público quanto no privado, somando-se, assim, duas jornadas diárias de trabalho (HOCHSCHILD, 1989).

Os trabalhos de ambas as autoras buscam uma explicação que transita entre as práticas econômicas cotidianas e os papéis sociais nas esferas privada e pública designados aos homens e às mulheres ao longo do tempo. Nesta

perspectiva, Zaloom (2013)<sup>5</sup> propõe-se a traçar uma história moral do orçamento doméstico, buscando, em especial, desvendar a relação entre a economia no âmbito público e na esfera privada. Deste modo, passa a enfatizar a importância das especialistas em economia doméstica que encorajaram as mulheres de classe média a fazer um orçamento doméstico, um conceito introduzido para donas de casa norte-americanas antes mesmo de o governo federal do país adotar a ideia.

É a partir dessas tramas – que envolvem a economia e a intimidade, a divisão sexual das atividades, do público e do privado – que nossa pesquisa<sup>6</sup> passa a contextualizar a economia doméstica no Brasil, buscando apontar alguns momentos significativos – que perpassam o contexto do surgimento das escolas vocacionais, dos manuais de economia doméstica e da ascensão e decadência dos cursos superiores de economia doméstica – com o intuito de reforçar como a formulação do *homo economicus* (racional) relegou as mulheres às demais ações não racionais.

## 2 Dos manuais às escolas e cursos superiores em economia doméstica

A partir da complexidade que envolve as temáticas da economia e da intimidade, vale ressaltar que, no mesmo ano em que houve a aprovação no Brasil do Código Civil da República (1916), foi elaborado um dos primeiros manuais de economia doméstica, intitulado *O lar feliz: manual de economia doméstica, de jardinagem, de avicultura, etc. para uso das jovens mães e de todos quantos amam seu lar*. Como enfatiza o título, este manual é destinado às jovens mães e esposas que pretendem ser dedicadas ao seu lar. Nele, o autor (anônimo) busca estabelecer o papel a ser desempenhado tanto por homens

5 Uma preocupação semelhante no Brasil foi introduzida por Guerreiros Ramos, nos anos 1930. Em *A sociologia do orçamento doméstico*, o autor buscou apresentar conceitos para a realização do estudo das condições demo-econômicas e se propôs a uma discussão sobre os níveis de vida, as classes sociais e a saúde dos brasileiros. Contudo, tal iniciativa não ganhou repercussão na sociologia brasileira naquela época. Na verdade, nas ciências sociais, de modo geral, os estudos seguiram temas que buscavam abranger questões relacionadas às mudanças culturais, considerando o avanço do sistema capitalista e a modernização do país a partir do âmbito público; assim, a economia doméstica foi olvidada pela ciência social como um todo.

6 Essas ideias estão sendo desenvolvidas no projeto de pesquisa intitulado “Ressignificando a economia: da sociologia das práticas econômicas à sociologia fiscal no Brasil”, vinculado ao Departamento de Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas.

como por mulheres para a total harmonia do lar (ALMEIDA, 2010; MALUF; MOTT, 1998).

[...] à mulher incumbe sempre fazer do lar – modestíssimo que seja ele – um templo em que se cultue a Felicidade; à mulher compete encaminhar para casa o raio de luz que dissipa o tédio, assim como os raios de sol dão cabo aos maus micróbios [...] Quando há o que prenda a atenção em casa, ninguém vai procurar fora divertimentos dispendiosos ou prejudiciais; o pai, ao deixar o trabalho de cada dia, só tem uma ideia: voltar para casa, a fim de introduzir ali algum melhoramento ou de cultivar o jardim. Mas se o lar tem por administrador uma mulher, mulher dedicada e com amor à ordem, isto então é saúde para todos, é a união dos corações, a Felicidade perfeita no pequeno Estado, cujo ministro da Fazenda é o pai, cabendo à companheira de sua vida a pasta política, os negócios do Interior<sup>7</sup>.

Estes argumentos estão em total sintonia com o Código Civil de 1916, que, em seu artigo 233, aponta que o marido é o chefe da sociedade conjugal, ao qual compete: ser o representante legal da família; administrar bens comuns e particulares da mulher; fixar e mudar o domicílio da família; autorizar a profissão da mulher e sua residência fora do teto conjugal, bem como prover à manutenção da família<sup>8</sup>. Já o artigo 240, do mesmo ano, afirma que a mulher assume, pelo casamento, com os apelidos do marido, a condição de sua companheira; como tal, deve auxiliar nos encargos da família, cumprindo a ela zelar pela direção material e moral desta. Neste sentido, o mundo político e o jurídico passam a legitimar o papel social da mulher, à qual competia casar, administrar o lar, ter filhos e cuidar da vida privada com a autorização do marido para realizar certas atividades. Já ao homem, portanto, cabiam as tarefas fora do lar – no mundo público (ALMEIDA, 2010, p. 60).

Se a administração da casa cabe à mulher, a vocação dos manuais de economia doméstica ilustra que é “uma ciência, que toda mulher, qualquer que seja a condição e fortuna, deve conhecer, estudando-a com maior aplicação; [...] arte de dirigir e regular economicamente coisas de casa; arte de bem

---

7 Informação e trecho extraído de: MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. *Recônditos do mundo feminino*. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da vida privada no Brasil: da Belle Époque à Era do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, v. 3, p. 374. Partes do trecho disponíveis em: <<http://historiahoje.com/?p=2892>>. Acesso em: jul. 2014, já que não tivemos acesso ao original.

8 Apenas em 1962, o artigo 233 sofreu alteração e passou a considerar um maior equilíbrio na relação entre marido e esposa: o marido passa a ser o chefe da sociedade conjugal, função que passa a exercer com a colaboração de sua mulher, no interesse comum do casal e dos filhos (redação dada pela Lei n. 4.121, de 1962).

empregar o tempo, a inteligência e o dinheiro”. (NOÇÕES DE ECONOMIA DOMÉSTICA (apud BASTOS; GARCIA, 1999, p. 80).

De acordo com Pilla (2009), manuais de economia doméstica como *Lar Feliz e Noções de Economia Doméstica*, destacados acima, circularam pelo Brasil no século XIX e na virada do século XX. “[...] Os autores dos manuais de boas maneiras continuavam defendendo os usos e costumes mais tradicionais [...] Todos imbuídos do mesmo espírito civilizatório, cumprindo funções sociais específicas, pretendiam construir modelos de uma sociedade civilizada” (PILLA, 2009, p. 8).

O livro *Noções da vida doméstica* (1879), uma tradução e adaptação da obra de Madame Eugène Hippéau feita por Félix Ferreira<sup>9</sup>, é considerado um marco fundador da economia doméstica no Brasil, de acordo com Bastos e Garcia (1999, p. 82). Tal obra foi destinada “à escola primária e às aulas de sexo feminino do Imperial Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, inauguradas em 1881, e no curso noturno gratuito para o sexo feminino instalado no Colégio D. Pedro II, por iniciativa de José Manoel Garcia” (BASTOS; GARCIA, 1999, p. 82)<sup>10</sup>.

Na referida obra, é interessante ressaltar o conteúdo presente em alguns capítulos que tratam diretamente da administração do lar e envolvem questões sobre tempo, dinheiro, poupança e enriquecimento – temas que elucidam o ethos “*saving-for-future-profit*” (cf. ELIAS, 1987; 2006) e que condenam os indivíduos (ou as famílias) a equilibrarem as despesas e as receitas. De acordo com Bastos e Garcia (1999), no segundo capítulo deste manual, a questão do equilíbrio entre o tempo e a distribuição das funções é abordada como

9 De acordo com Bastos e Garcia, “Segundo o Dicionário Bibliográfico Brasileiro, Felix Ferreira (1841-1898) foi funcionário da Biblioteca Nacional, dedicou-se às letras e ao jornalismo, colaborou na revista *Cruzeiro do Brasil* (1877), órgão do Instituto Católico, na *Imprensa Industrial*, e publicou a revista *Sciencia para o povo* (1880-81). Também atuou no comércio de livros. De suas obras consta: *Método Popular da Língua Francesa* (1879), baseado nos princípios de Alan e Graesser; *Noções de Vida Prática* (1879); *Do Ensino Profissional - O Liceu de Artes e Ofícios* (1876); *A Educação da Mulher* (1881)” etc. (NOÇÕES DE ECONOMIA DOMÉSTICA apud BASTOS; GARCIA, 1999, p. 84).

10 Não é nosso objetivo, mas cabe enfatizar que, durante o Império, segundo Hahner (apud ALMEIDA, 2010), a maioria dos brasileiros não recebeu instrução educacional. O governo central só criou uma escola secundária no Brasil, o Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, em 1837, baseado no modelo do Liceu Francês, com o objetivo de preparar os homens para o mundo político das elites. De fato, o Colégio Pedro II só admitiu meninas no ano de 1922 (HAHNER, apud ALMEIDA, 2010). Apenas um curso noturno para o sexo feminino ofereceu matérias (1887); entretanto, tais disciplinas estavam direcionadas à vocação doméstica das alunas (ALMEIDA, 2010).

necessidade do aperfeiçoamento moral da mulher, inspirada no “Plano de Vida” prescrito por Benjamin Franklin, e reúne “doze títulos de diferentes virtudes, formulando as obrigações que julgava dever adquiri-las: temperança, silêncio, ordem, resolução, economia, trabalho, sinceridade, justiça, moderação, asseio, tranquilidade, humildade”. (NOÇÕES DE ECONOMIA DOMÉSTICA apud BASTOS; GARCIA, 1999, p. 88). Uma descrição mais detalhada destes preceitos forma o terceiro capítulo, no qual se sugere a máxima “cada afazer a seu tempo e cada coisa em seu lugar” (ibid.). Aqui, os métodos sugeridos seguem as máximas de Benjamin Franklin, que buscam ensinar o caminho da prosperidade para ganhar dinheiro honestamente e ser feliz.

Vale destacar a abordagem do manual sobre “previdência”, tema tratado no quinto capítulo, que envolve a máxima “saber gastar e pensar no futuro”. “Saber gastar” é exposto como a base da economia da casa, e “pensar no futuro” também envolve incorporar atividades extras para gerar renda complementar: “uma espécie de racionalização de suas funções domésticas como um incentivo à profissionalização da mulher, entendida como o desenvolvimento da inteligência nos negócios”. (NOÇÕES DE ECONOMIA DOMÉSTICA apud BASTOS; GARCIA, 1999, p. 89)<sup>11</sup>. Contudo, nos capítulos nono e décimo é que estão as diretrizes para a “educação utilitária” da mulher (ibid.), abordando tópicos que abrangem o dinheiro e o orçamento doméstico: “a boa dona de casa é aquela que sabe tudo prever e providenciar, sabe equilibrar a receita e despesa” (NOÇÕES DE ECONOMIA DOMÉSTICA apud BASTOS; GARCIA, 1999: 91). Isto é, à “mulher utilitária” também cabe a arte de enriquecer, seguindo, assim, estritamente os pressupostos econômicos modernos.

Neste sentido, vale retomar as análises de Weber (1987) sobre os escritos de Benjamin Franklin, que buscam dar conta do surgimento de uma nova ética religiosa em consonância com o desenvolvimento de uma “nova” ética econômica, vislumbrada especificamente nos Estados Unidos. Na obra de Weber (1987), Franklin é considerado um representante da ética do trabalho e dos negócios, característica representativa do “espírito” capitalista moderno. Cabe ressaltar que os escritos de Franklin foram fundamentais e impulsionaram, de certo modo, o surgimento de um mercado editorial sobre conselhos

---

<sup>11</sup> Vale enfatizar que não tivemos acesso direto ao manual *Noções de Economia Doméstica*; assim, nos limitamos a reportar trechos que foram destacados no trabalho de Bastos e Garcia (1999).

econômicos. Ele foi o escritor do famoso “Poor Richard’s Almanac” (1732), cujos provérbios, tais como “um tostão poupado é um tostão ganhado”, até hoje são citados e continuam populares no mundo todo (OLIVEN, 2001, p. 15). De acordo com Kessel (2006), um dos principais fatos que influenciaram Weber a escolher Benjamin Franklin como a personificação do “tipo ideal” do espírito do capitalismo refere-se à sua visibilidade, que antecedeu o desenvolvimento social do capitalista, enfatizando o poder do “espírito” como fator causal na história. O espírito que Weber buscou descrever, portanto, é um espírito que move não apenas os indivíduos, mas pode também caracterizar e até mesmo marcar toda uma época cultural, econômica e socialmente (KESSEL, 2006).

Deste modo, tal “espírito”, também presente no manual, manifesta que o ideal de consumo que visa ao luxo e à ostentação é condenado em detrimento de práticas econômicas com vistas a enriquecer. Aqui, vale lembrar que o enriquecimento que cabe à mulher vem de sua disciplina econômica, bem como do trabalho relacionado às atividades complementares da casa. Isto é, princípios que são propalados pela ciência econômica moderna adentram o domínio do lar, “ordenando” com preceitos de “boas maneiras” as atitudes econômicas da casa. Entretanto, a partir das ideias expostas no referido manual, fica evidente a estrita separação entre uma economia que cabe à mulher e outra economia direcionada à vocação do homem, bem como os direitos políticos reservados a eles e negados a elas. Tal noção está explícita no manual ao enfatizar que a “Economia Doméstica está para o governo da família como a Economia Política está para o governo da Nação” (NOÇÕES DE ECONOMIA DOMÉSTICA apud BASTOS; GARCIA, 1999, p. 88), subjetivamente alocando a mulher ao âmbito doméstico e reforçando dualidades como razão/emoção e público/privado.

Antes de abordar os cursos superiores de economia doméstica, que surgiram na metade do século XX, vale destacar, neste percurso histórico, o surgimento das escolas profissionais femininas que foram financiadas pelo setor industrial, em especial em São Paulo (WEINSTEIN, 2010). A historiadora Weinstein (2010), ao pesquisar sobre as mulheres operárias na capital paulista no início do século XX, enfatiza a importância que o SESI (Serviço Social da Indústria) teve na formação e orientação vocacional destas mulheres. A Escola Profissional Feminina surgiu paralelamente à Escola Profissional Masculina

em 1911, porém com objetivos diferenciados. A proposta de educação para os homens seguia uma orientação industrial, diferenciando-se do ensino direcionado às mulheres, que visava antes de tudo a prepará-las para a vida doméstica (WEINSTEIN, 2010).

É nessa conjuntura que, no começo da década de 40, é criado o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), que procurava ofertar cursos de acordo com as demandas do setor industrial. Ainda que o SENAI reconhecesse a importância das mulheres para o setor, “reforçava, ao mesmo tempo, o papel ‘natural’ da mulher enquanto trabalhador semiqualeficado [...]” (WEINSTEIN, 1995, p. 154), enfatizando que “seu futuro papel como esposas e mães, ou meras ‘complementadoras’ dos ganhos masculinos, convertia sua instrução vocacional completa em uma imprudência econômica” (idem). Assim, naquela época, o SENAI afetou tangencialmente as mulheres, que constituíram o grande público de atendimento do SESI (WEINSTEIN, 1995).

De acordo com Weinstein (2010), o SESI, criado em 1946 com o objetivo de prover assistência social aos operários da indústria e suas famílias, conseguiu atingir diretamente o público feminino via uma série de programas e cursos: “os cursos eram ministrados por mulheres profissionais da classe média treinadas como assistentes sociais tanto quanto como instrutoras das artes domésticas” (WEINSTEIN, 2010, p. 150). Tais cursos abordavam técnicas de puericultura, corte e costura, preparação para o casamento, administração e higiene doméstica. Como complemento das atividades de assistência do SESI circulavam ainda duas revistas mensais, *Dona de Casa* e *SESI-Higiene* (WEINSTEIN, 1995; 2010).

O conjunto desses cursos trabalhava com a hipótese de que as mulheres da classe operária eram, antes de tudo, esposas e mães, ou futuras esposas e mães. Mulheres deveriam trabalhar antes do casamento, ou trabalhar fora de casa depois do patrimônio, de vez em vez, para aliviar as dificuldades financeiras, mas sua maior contribuição pecuniária para o lar deveria ser a organização **racional** [grifo meu] do orçamento, a atmosfera sadia e a boa educação das crianças (WEINSTEIN, 2010, p. 151).

Assim, com base nas informações advindas dos manuais e nas evidências apontadas por Weinstein (1995; 2010) sobre o papel das escolas vocacionais, vemos claramente a função doméstica relegada às mulheres. As diretrizes que buscam induzir as mulheres a pensar racionalmente o lar e a adotar um méto-

do técnico-científico de administração inspiram-se na racionalização da produção industrial e propõem ordenar o ambiente doméstico de acordo com princípios da “racionalidade”.

## 2.1 Dos cursos superiores

Um breve levantamento mostra que a maior parte dos cursos de economia no Brasil foram antecidos por cursos de economia doméstica, criados principalmente a partir dos anos 1950, sendo que alguns foram extintos na década de 1990<sup>12</sup>. Este panorama, de acordo com Elias (2006), aparenta sintonia com as mudanças no uso social do termo “economia”, que deixa de designar atividades sociais específicas – como a administração dos assuntos domésticos – e passa a se configurar como uma função social pública. A incorporação de um novo sentido à ciência econômica ao entrar em linguagem corrente pode alimentar mudanças que correspondem às necessidades de um grande público interessado em ferramentas intelectuais que os ajudem a lidar com novos problemas sociais, no caso, o domínio público<sup>13</sup>. Entretanto, vale ressaltar que as faculdades tradicionais de economia não surgiram dos cursos de economia doméstica no Brasil.

Desde o século XIX, por exemplo, circulam manuais de economia de professores de Economia Política vinculados às Faculdades de Direito no Brasil. Estes manuais teóricos são, em sua maioria, inspirados nas ideias e propostas de economistas europeus. Assim, no século XX, é com esta procedência e vocação que se dá a criação das faculdades de economia (na região sudeste, mais precisamente, na década de 1930). O foco são os problemas administrativos; assim, misturam economia, administração e contabilidade, visando esboçar diagnósticos macroeconômicos sobre a situação econômica e política do país.

No Brasil, sem nenhum vínculo com as tradicionais faculdades de economia, os cursos de economia doméstica passaram a existir, mais precisamente a partir de 1945<sup>14</sup>, como resultado da III Conferência Interamericana de

12 Alguns exemplos são o curso de Economia Doméstica da USP/Esalq (Piracicaba) e o de Ciências Domésticas da UFPel.

13 Neste caso, pode-se mencionar como exemplo os manuais de administração das fazendas, que precederam os manuais de economia doméstica e hoje são designados como literatura de livros de finanças pessoais, como veremos logo mais.

14 Vale ressaltar que, antes mesmo da institucionalização dos cursos superiores de economia doméstica, já existiam várias escolas técnicas e de segundo grau direcionadas ao público feminino no Brasil. Entretanto, as

Agricultura, realizada em Caracas (Venezuela), com o tema “A mulher e o fomento agrícola”. Naquele momento, havia uma demanda por mão de obra técnica que auxiliasse o agricultor e sua família com informações sobre como administrar a terra, aumentar a produção e melhorar as condições da vida rural (GARCIA, 2001)<sup>15</sup>.

Garcia (2001) ressalta que a profissão de economista doméstico também está ligada à implantação do Serviço de Extensão Rural, que surgiu com a criação da Associação de Crédito e Assistência Rural, em Minas Gerais, e depois foi estendido pelo país. Um dos principais objetivos do programa era conter a migração da zona rural para a urbana e estimular a produtividade agrícola (GARCIA, 2001, p. 47).

Deste modo, seguiu-se a criação dos cursos superiores em economia doméstica. Todos nasceram atrelados às faculdades de Ciências Agrárias, com o objetivo de qualificar o engenheiro agrônomo para a “unidade econômica”, com o intuito de aumentar a produção e instruir a profissional de economia doméstica para a administração da “unidade social” (GARCIA, 2001, p. 50) – cargo que era ocupado anteriormente pelas “supervisoras domésticas”, moças que faziam curso técnico em economia doméstica (GARCIA, 2001, p. 42). Estabelecia-se, assim, uma clara divisão sexual do trabalho.

De acordo com Garcia (2001), a criação dos cursos de economia doméstica foi motivada pela expansão do programa de Extensão Rural, que, mais tarde, também atendeu aos problemas domésticos relacionados à vida na cidade, “no sentido de auxiliar a mulher em como poderia administrar a casa sozinha, sem uma empregada e levando a ela uma série de facilidades que melhorariam sua vida diária e minimizariam seu trabalho no lar, mesmo que trabalhasse fora de casa” (GARCIA, 2001, p. 49). Essa vocação é característica tanto dos cursos das escolas femininas apresentadas anteriormente quanto, de certa forma, da formação dos cursos superiores.

---

*bibliografias utilizadas normalmente eram traduções ou adaptações, isto é, não se produzia material próprio para estes cursos. O objetivo deste trabalho consiste em mapear o que foi produzido no Brasil sobre economia e orçamento doméstico, por isso a ênfase no ensino superior.*

15 Esses dados também alimentam o conteúdo sobre “economia doméstica” disponível na Wikipédia e na página do curso de economia doméstica da UFC. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Economia\\_dom%C3%A9stica](https://pt.wikipedia.org/wiki/Economia_dom%C3%A9stica). Acesso em: jan. 2014.

Economia Doméstica estava inserida nos currículos escolares elaborados com base na Lei Orgânica do Ensino Secundário de 09 de abril de 1942. Voltada, sobretudo, para a educação feminina, a matéria ditava às estudantes da época, entre outras coisas, o modo como deviam se portar em determinados lugares; maneiras de escolher, arrumar e manter a casa de que mais tarde viessem a ser donas; os cuidados com os filhos e o marido, desde a alimentação à maneira de educar a prole (Noções de Puericultura e Nutrologia); contabilidade doméstica e trabalhos manuais como corte e costura – que seria útil já na confecção do enxoval das moças (ALMEIDA; FARIAS, 2008, p. 1)<sup>16</sup>.

Isto é, os cursos superiores de economia doméstica surgiram com a mesma concepção das escolas de segundo grau; contudo, o curso superior visava também a preparar estudantes para levar conhecimento especializado e garantir a melhoria da qualidade de vida das famílias, bem como prepará-las para o mercado de trabalho. Com este objetivo, em 1952 surgiu a primeira Escola Superior de Ciências Domésticas, na Universidade Rural do Estado de Minas Gerais, hoje Universidade Federal de Viçosa. Atualmente, tal curso ainda encontra-se em funcionamento.

No Rio Grande do Sul foi criado o curso superior em Ciência Doméstica na Universidade Rural do Sul, hoje Universidade Federal de Pelotas. No interior de São Paulo, o curso foi instituído na Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ), que é uma unidade da Universidade de São Paulo. Estes dois cursos tiveram início na década de 1950 e foram extintos na década de 1990.

Já o departamento de Economia Doméstica da Universidade Federal do Ceará está vinculado ao Centro de Ciências Agrárias. Entretanto, o curso nasceu na década de 1950, como curso de extensão em Economia Rural Doméstica. Na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro constituiu-se o curso de graduação em Economia Doméstica, oferecido pelo Departamento de Economia Doméstica em 1963. Já em Pernambuco, o curso de licenciatura em Economia Doméstica teve origem em 1971, na UFRPE (Universidade Federal Rural de Pernambuco). De modo geral, hoje temos cinco cursos de economia doméstica em funcionamento em universidades brasileiras. São

---

16 Sobre a estrutura curricular dos cursos, consultar: ALMEIDA, S. E. S.; FÁRIA, I. A. Economia doméstica: a estudante de 1940 no Atheneu Sergipense e o profissional do século XXI. V Congresso Brasileiro da História da Educação, 2008. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/626.pdf>>. Acesso em: jan. 2014.

elas: Universidade Federal de Viçosa (UFV), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).

A profissão de economista doméstico, assim como a criação do Conselho de Economia Doméstica e as competências do economista doméstico, foi reconhecida com a Lei n. 7.387, de 21 de outubro de 1985. Esse reconhecimento (de certa forma tardio) é resultado de um movimento que visava a fortalecer a profissão frente aos avanços técnicos, científicos e mesmo sociais que agitaram as décadas de 70 e 80 e que, de certa maneira, explicam a extinção das disciplinas das escolas secundárias e reforçam o movimento de fechamento dos cursos superiores de economia doméstica no país (AMARAL JR., 2013, p. 280). Isto posto, “com a modificação do contexto econômico do país e a contribuição do movimento feminista dos anos 70, muitos dos cursos de bacharelado e licenciatura em Economia Doméstica não resistiram ao passar do tempo” (AMARAL JR., 2013, p. 280).

Vale enfatizar que um dos fatos que explica a decadência dos cursos no país é uma carta endereçada ao Ministro da Educação em 2010, na qual a secretária de Educação Superior Maria Paula Dallari Bucci revela que “o curso teve sua importância social e histórica, mas que está em decadência, e que seu conteúdo não condiz mais com as exigências e demandas da sociedade” (apud AMARAL JR., 2013, p. 280).

De certa forma, a ascensão e a decadência dos cursos superiores de economia doméstica e todo o conteúdo produzido e propalado por essas escolas e especialistas podem apontar evidências para a compreensão de mudanças, adaptações e permanências de práticas econômicas, incluindo as relações de gênero. Neste caso, uma primeira evidência começa a despontar se considerarmos que a economia doméstica constituiu-se como uma âncora epistêmica que procurou (re)organizar a passagem de uma economia agrícola para o desenvolvimento de uma sociedade industrial. Nesta, competia ao homem o mercado de trabalho, e à mulher, os afazeres domésticos, seja no campo ou na cidade. Assim, a economia doméstica no Brasil surge com concepções tecnocientíficas (androcêntricas) que procuravam “racionalizar” as atividades das mulheres na administração do lar. Neste caso, consolidam-se no imaginário social duas formas de economia distintas: uma economia da casa (privada e íntima) e uma economia exterior (pública e racional).

Entretanto, a decadência dos cursos de economia doméstica revela simbolicamente a transição das mulheres de seus afazeres domésticos para suas conquistas de direitos e posições no mercado de trabalho. Nossa intenção não é criticar a conquista dos direitos e os rumos das pautas que concernem às políticas destinadas ao público feminino; entretanto, buscamos apontar como esse deslocamento da questão das mulheres, digamos, para o âmbito público contribuiu subjetivamente para o ofuscamento das atividades econômicas que envolvem a esfera da casa, da intimidade, ou melhor, das famílias. Isto posto, não podemos negar que pautas econômicas, como questões de justiça econômica e desigualdade social, compuseram o repertório das políticas e estudos acadêmicos de gênero; entretanto, tal deslocamento encobriu, de certo modo, as tramas entre economia e intimidade no âmbito privado, da casa, da família.

De acordo com Lopes (2012, p. 1), as pioneiras da economia doméstica no Brasil “acreditavam que elas não apenas abriam as portas para a entrada das mulheres na academia/universidade como aumentavam o respeito para com as mulheres ao dar estatuto científico ao trabalho doméstico”. Entretanto, como aponta a referida autora, as próprias escolhas dessas profissionais acabaram por desvalorizar o saber empírico das donas de casa e “valorizar uma forma androcêntrica de fazer ciência e trabalhar conforme sistemas de significados da esfera pública ocultando – num processo de cientificismo – as reflexões acerca da apropriação pela universidade da divisão social sexual do trabalho” (LOPES, 2012:01), colaborando para a decadência desta ciência e para o ofuscamento da problematização das relações de gênero no âmbito da casa.

Cabe destacar o desuso do termo “economia doméstica” e sua substituição pela expressão “finanças pessoais”, que decorre principalmente da expansão deste mercado editorial no Brasil. Neste ponto, perguntamos: seria possível falar em uma resignificação da economia doméstica? O que mudou, o que permaneceu? O universo aqui descrito, portanto, ganha robustez quando traçamos uma comparação entre os atuais manuais de economia, conhecidos como livros de finanças pessoais, escritos por especialistas certificados pela economia *mainstream*<sup>17</sup> (LEITE, 2012).

---

17 Tal constatação é decorrente de pesquisas anteriores que envolveram a análise do advento do ideário de investimento no Brasil via o mapeamento dos consultores financeiros ligados ao mercado editorial de finanças pessoais (LEITE, 2012).

Os livros de finanças pessoais que recheiam as prateleiras das livrarias brasileiras buscam explicitamente (re)traduzir a economia da empresa para o âmbito da casa (LEITE, 2014). Vale ressaltar que o contencioso cultural formado por este universo de sintonia moral entre a economia doméstica e as finanças pessoais valoriza uma ética econômica que reforça a necessidade de poupança (condena as dívidas), respaldada por uma lógica cristã que ressalta a importância da família. Esta opera como mecanismo social capaz de (r)estabelecer o papel social de indivíduos na tradicional composição do lar, no qual, naturalmente, cabe à mulher a administração da casa<sup>18</sup> (LEITE, 2012). Isto é, a ciência econômica *mainstream*, através da veiculação dos referidos manuais, enquadra “naturalmente” comportamentos sociais relacionados ao que cabe ao homem (racional) e à mulher (emocional), separando estritamente sentimentos e racionalidades para aconselhar sobre as finanças do casal (LEITE, 2012).

A lógica argumentativa empregada pelos manuais e especialistas passa a impor sentidos e a induzir os indivíduos a ponderar sobre o orçamento doméstico, composto, agora, por famílias que administram dois salários (da mulher e do homem). Em especial, essa lógica recai sobre a mulher (emocional), que destemidamente deve policiar suas práticas econômicas cotidianas (ZELIZER, 2003; LEITE, 2012), muitas vezes coagida por temores de crises e inflação advindos da economia externa/pública (cf. POLANYI, 1977). Deste modo, é possível que a economia adentre a casa, mas é obscuro o que acontece no âmbito privado.

Os cursos de economia doméstica, bem como o conteúdo propalado pelos antigos e novos manuais e seus especialistas, estão atrelados a metáforas do universo familiar (LAKOFF, 1996), empregadas para justificar o enriquecimento, a poupança e a preocupação com a qualidade financeira das famílias (LEITE, 2012). Isso não significa dizer que a sociedade está cada vez mais próxima do comportamento daquele *homo economicus* da ortodoxia econômica. O que se observa são agentes que passam a se comportar a partir

---

18 Uma constatação dessa possível (re)ordenação de papéis também pode ser encontrada facilmente nos livros sobre gestão e negócios, que incentivam o empreendedorismo. Nessas publicações, a mulher empreendedora que abre seu próprio negócio em casa torna-se autônoma no que se refere à dependência financeira, ao processo de trabalho formal, pois passa a ter liberdade para circular livremente e estar mais presente na vida doméstica (LEITE, 2012). Ver também em: LEITE, E. S.; MELO, N. M. Uma nova noção de empresário: a naturalização do “empreendedor”. *Revista de Sociologia e Política*, v. 16, n. 31, nov. 2008.

da lógica argumentativa propalada pelos manuais e especialistas e por outros dispositivos culturais que estão em consonância com a ciência androcêntrica produzida pela economia, seja esta a doméstica ou a *mainstream*. Eles servem, assim, como mecanismo reprodutor dos tradicionais papéis sociais. Neste sentido, no próximo item, buscaremos correlacionar tal expansão, assim como a decadência da economia doméstica e a consolidação dos pressupostos da “racionalidade”, com as distintas fases do movimento feminista, indicando pontos divergentes, mas também similaridades quando o assunto é mulher, economia e “racionalidade”.

### 3 Há o outro lado da moeda?

A institucionalização da economia doméstica como curso superior no Brasil tem início na década de 1950 e acontece, de certa forma, durante a primeira onda do movimento feminista, iniciado no século XIX, cujas reivindicações centravam-se no direito ao voto e na participação da mulher na esfera pública. Em 1922, por exemplo, é fundada a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, que buscava lutar pelo sufrágio feminino e pelo direito ao trabalho sem a autorização do marido (DUARTE, 2003). Tais reivindicações são indícios de crítica ao Código Civil de 1916, apresentado aqui juntamente com o surgimento do manual de economia doméstica intitulado “Lar Feliz”. Ambos enfatizavam a divisão sexual do trabalho e a subordinação da mulher ao chefe da família para a garantia efetiva da harmonia do lar.

É nos anos 1970 – considerados o período de auge da economia doméstica e de concretização da atividade como curso superior no Brasil – que tem início a segunda onda do movimento feminista, que surge com a crise da democracia e a ascensão da ditadura militar (DUARTE, 2003). Neste período, as pautas eram a valorização do trabalho da mulher e a luta contra a violência sexual e a ditadura militar no Brasil (DUARTE, 2003).

Para Fraser (2009), de modo geral, a importância e as pretensões da segunda onda do feminismo no mundo todo foram marcadas por forte impulso emancipatório, já que se criticava a visão política que apenas considerava a questão da desigualdade social pela dimensão de classe, ofuscando demais assuntos, como a violência doméstica e sexual e as questões reprodutivas. Assim, “politicizando ‘o pessoal’, elas expandiram o significado de justiça, reinterpretando como injustiças desigualdades sociais que tinham sido negligenciadas, toleradas ou racionalizadas desde tempos imemoráveis” (FRASER, 2009, p. 18).

A segunda onda do movimento coincidiu com uma mudança de ordem cognitiva do capitalismo. De acordo com Boltanski e Chiapello (1999), esse “novo espírito do capitalismo”, emblema da sociedade atual, conseguiu assimilar a crítica dirigida contra ele e se reconfigurar em um novo capitalismo: o capitalismo flexível (conexionista). Isto é, o “novo espírito” afrontou as mazes que caracterizaram a sua fase anterior, em especial o estatismo e o capitalismo industrial, que legitimou a divisão sexual do trabalho. É nesse panorama, de acordo com Fraser (2009), que a segunda fase do movimento feminista – de certa maneira em consonância com a ascensão do neoliberalismo, que imprimia uma nova cultura capitalista – passou a exaltar a busca de justiça social e econômica através das reivindicações de políticas de reconhecimento, da identidade e da diferença, como reforçam as palavras de Fraser (2009, p. 23) no excerto abaixo:

A ascensão do neoliberalismo coincidiu com uma maior alteração na cultura política das sociedades capitalistas. Neste período, as reivindicações por justiça foram progressivamente expressadas como reivindicações pelo reconhecimento da identidade e da diferença. Com esta mudança ‘da redistribuição para o reconhecimento’ vieram pressões poderosas para transformar a segunda onda do feminismo em uma variante da política de identidade. Uma variante progressista, de fato, mas uma que tendia, contudo, **a estender em excesso a crítica da cultura, enquanto subestimava a crítica da economia política** [grifo nosso]. Na prática, a tendência era subordinar as lutas socioeconômicas a lutas para o reconhecimento, enquanto na academia, a teoria cultural feminista começou a obscurecer a teoria social feminista. O que tinha começado como um corretivo necessário para o economicismo recaiu com o tempo em um culturalismo igualmente unilateral. (FRASER, 2009, p. 23).

Desse modo, a segunda onda passa a exacerbar a crítica cultural ao afrontar o economicismo, ou seja: “a tendência cultural se tornava separada não apenas da tendência econômica, mas também da crítica do capitalismo que as integrara anteriormente” (FRASER, 2009, p. 24). Essa tendência da crítica cultural colaborou para a intensa contestação das estruturas binárias e duais (masculino/feminino) que, de certa forma, assinalam uma perspectiva “interseccionista” que marca o movimento na contemporaneidade (FRASER, 2009).

Discussões sobre gênero via recorte de classe e de raça, a partir da luta pelo recolhimento das diversidades das mulheres em suas regiões – incluindo temas como sexualidade, trabalho doméstico e violência contra mulheres –, afloraram no Brasil como pautas da terceira onda.

Com a ascensão desta terceira onda, o curso de economia doméstica passa a ser alvo de críticas, em especial da secretária do MEC, como mencionamos anteriormente. De acordo com Lopes (2012, p. 1), as pioneiras da economia doméstica no Brasil acreditavam na emancipação das mulheres através da extensão do ensino superior e da entrada no mercado de trabalho, bem como da qualificação científica do saber doméstico. Entretanto, a ciência produzida por tais especialistas acabou por desvalorizar o saber empírico doméstico e valorizar uma forma androcêntrica de fazer ciência e pensar o âmbito privado (LOPES, 2012, p. 1), colaborando para a sua própria decadência.

De modo geral, os argumentos que levaram à extinção dos cursos de economia doméstica no Brasil se baseiam na falta de uma estrutura curricular mais politizada que responda aos anseios da mulher moderna, ou seja, uma justificação moral de cunho cultural.

O contexto exposto e a relação com a argumentação de Fraser (2009), que ressalta a imprecisa ênfase na tendência culturalista do movimento feminista no momento da ascensão do neoliberalismo – “as feministas tornaram absoluta a crítica da cultura precisamente no momento em que as circunstâncias requeriam atenção redobrada à crítica da economia política” (FRASER, 2009, p. 24) – nos leva a refletir sobre como é sagaz a armadilha epistêmica das dualidades (cf. ZELIZER, 2011), que recorrentemente induz, em especial as ciências humanas, a “valorizar” a crítica cultural em detrimento do campo “econômico”. Este contexto reforça como as dualidades podem tornar-se perigosas (ZELIZER, 2011); no caso, com a extinção da economia doméstica, restou exclusivamente a economia *mainstream* no Brasil. Assim, cabe também a ela o estudo da casa, ofuscando a relação entre gênero, economia e intimidade e fortalecendo a ideia peculiar de “racionalidade”.

Entretanto, como nos lembra Lopes Júnior (2002), o *establishment* econômico que considera o indivíduo maximizador de seus interesses “tem funcionado para ocultar uma percepção da vida econômica que é encaixada nos esquemas de interpretação de mundo alimentados pela dominação masculina” (LOPES JÚNIOR, 2002, p. 56). Para ilustrar essa afirmação, o referido autor, ao questionar os pressupostos de Gary Becker, enfatiza que os economistas, ao buscarem compreender o comportamento da vida familiar, também recaem em dualidades, que “apreendem essas dimensões da vida em sociedade como sendo produtos de escolhas e trocas. O fato de a mulher dedicar-se ao trabalho doméstico, por exemplo, é apreendido [...] como uma consequência

da elevação de custos do trabalho doméstico assalariado” (LOPES JÚNIOR, 2002, p. 56). Isto é, para Zelizer (2011), economia e intimidade são sempre compreendidas como esferas separadas ou mundos hostis: de um lado, o dinheiro, a economia e os interesses materiais; de outro, a vida pessoal e íntima. As duas esferas constituem-se como polos opostos que tendem a contaminação em caso de contato (ZELIZER, 2011). A autora demonstra como a separação rígida entre estas duas esferas pode provocar situações injustas, ao considerar, por exemplo, o trabalho doméstico como simples expressão do afeto da mulher por sua família ou simplesmente como resultado da elevação de custos do trabalho doméstico assalariado.

Deste modo, para Zelizer (2011), a todo momento interseccionamos atividades econômicas e relações íntimas; não há fronteiras entre estas esferas. Portanto, a autora enfatiza que explicações simplistas, duais e estáticas levam ao fracasso heurístico, pois as pessoas “criam vidas conexas pela diferenciação de seus laços sociais múltiplos entre si, [...], sustentando os laços por meio de atividades conjuntas, mas negociando constantemente o conteúdo exato de laços sociais importantes” (ZELIZER, 2011, p. 37). Como adverte a autora, para compreender lógicas econômicas no âmbito da intimidade, não se pode partir do pressuposto de que o interesse econômico determina as relações sociais ou vice-versa, mas sim considerar que as relações sociais são penetráveis e complexas, para além das dualidades e da “racionalidade”.

A crítica feminista da economia<sup>19</sup>, portanto, pode abrir caminhos para discussões que busquem questionar as relações de gênero e a ciência. Neste ponto, também referenciamos Lopes (2012), pois acreditamos que estudar a economia doméstica no Brasil nos permite constatar “as formas de produção e reprodução do conhecimento que demarcam lugares do masculino e feminino também na academia” (LOPES, 2012, p. 3). Assim, a sociologia econômica aliada à crítica feminista da economia pode fornecer uma entrada epistemológica para a compreensão da vida econômica dos indivíduos, ofuscada pelos estudos de gênero, assinalando que a própria crítica feminista não pode guiar-se por “dualidades perigosas”<sup>20</sup>.

---

19 *A tentativa em apresentar um esboço da crítica feminista da economia e ilustrar as ideias das autoras apontadas aqui, revela um exercício sociológico inicial que busca relacionar a temática da pesquisa à literatura já existente. O próximo passo da pesquisa terá como objetivo realizar uma análise crítica dessa literatura e sua incorporação ao contexto brasileiro.*

20 *Não é nosso objetivo criticar as conquistas e os rumos das políticas do movimento feminista, que foram brevemente apresentadas aqui. Ao resumir as tendências do feminismo, podemos deixar a sensação de crítica;*

## Referências

- ABRAMOVAY, R. Entre Deus e o Diabo. Mercados e interação humana nas ciências sociais. **Tempo Social**, Revista de Sociologia USP, São Paulo, v. 16, n. 2, 2004.
- ALMEIDA, F. L. **Mulheres recipientes**: recortes poéticos do universo feminino nas artes visuais. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.
- ALMEIDA, S. E., S; FARIA, I. A. Economia doméstica: a estudante de 1940 no Atheneu Sergipense e o profissional do século XXI. V CONGRESSO BRASILEIRO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2008. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/626.pdf>>. Acesso em: jan. 2014.
- AMARAL Jr. Educação para mulheres: análise histórica dos ensinamentos de economia doméstica no Brasil. **Revista HISTEDBR On-Line**, v. 13, n. 52, 2013.
- BASTOS, M. H. C.; GARCIA, T. E. M. Leituras de formação – Noções de Vida Doméstica (1879): Felix Ferreira traduzindo Madame Hippeau para a educação das mulheres brasileiras. **História da Educação**, ASPHE-FAE-UFPel, Pelotas, v. 5, p. 77-92, abr. 1999.
- BOLAND, D. G. Economics and Aristotle's Division of the Sciences, 1997. Disponível em: <<http://www.cts.org.au/1997/aristotl.htm>>. Acesso em: jan. 2014.
- BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. **Le nouvel esprit du capitalisme**. Paris: Gallimard (NRF essais), 1999.
- BOURDIEU, Pierre. O mercado de bens simbólicos. In: **A economia das trocas simbólicas**. Sérgio Miceli (Org.). São Paulo: Perspectiva, p. 99-181, 1974.
- \_\_\_\_\_. **Las estructuras sociales de la economía**. Tradução de Thomas Kauf. Barcelona: Editorial Anagrama, 2003.
- CANTU, R.O campo dos pesquisadores em economia no Brasil no começo do século XXI. 32º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 2008.
- DUARTE, Constância Lima. Feminismo e literatura no Brasil. In: **Estudos Avançados**, São Paulo, USP, Quadrimestral, n. 17. ISSN 0103 – 4014, 2003.
- ELIAS, N. **A Sociedade de Corte**. Tradução de Ana Maria Alves. Lisboa: Editorial Estampa, 1987.

---

*entretanto, nossa posição é reforçar que o debate ficou centrado em outras questões, ofuscando as práticas e atividades domésticas no âmbito privado.*

\_\_\_\_\_. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, v.1, 1993.

\_\_\_\_\_. "Sobre a sociogênese da economia e da sociologia". **Escritos e ensaios 1**: Estado, processo, opinião pública. (Org. F. Neiburg e L. Waizbord), Rio de Janeiro: Jorge Zahar Eds., 2006.

FRASER, Nancy. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. **Mediações**. Londrina, v. 14, n. 2, p. 11-22, jul./dez. 2009.

GARCIA, T. M. **Uma história em cena construindo a identidade de seus atores**: o curso de ciências domésticas da UFPel (1960-1997). Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.

GRANOVETTER, M. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. **American Journal of Sociology**, v. 91, n. 3, p. 481-510, 1985.

GRÜN, R. Decifra-me ou te devoro! As finanças e a sociedade brasileira. **MANA**, v. 13, n. 2, p. 381-410, 2007.

HOCHSCHILD, A. R. **The Second Shift**: Working Parents and the Revolution at Home. New York: Viking, 1989.

\_\_\_\_\_. **The Commercialization of Intimate Life**. Berkeley: University of California Press, p. 1-103, 2003.

ILLOUZ, E. **Cold Intimacies**: The Making of Emotional Capitalism. London: Polity Press, 2007.

KESSEL, V. **Benjamin Franklin**: the personification of Max Weber's 'spirit of capitalism'. 2006. Disponível em: <<http://ideashistory.org.ru/pdfs/a31.pdf#page=150>>. Acesso em: jan. 2011.

LAKOFF, G. **Moral politics**: what conservatives know that liberals don't. Chicago: University of Chicago Press, 1996.

LEITE, E. S; **Reconversão de habitus**: o advento do ideário de investimento no Brasil. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFSCar, 2011.

\_\_\_\_\_. Família S.A.: entre práticas domésticas e empresariais. In: IX WORKSHOP - EMPRESA, EMPRESÁRIOS E SOCIEDADE. **Anais...** Niterói – RJ, 2014.

LEITE, E. S; MELO, N. M. Uma nova noção de empresário: a naturalização do "empreendedor". **Revista de Sociologia e Política**, v. 16, n. 31, nov. 2008.

LENOIR, Remi. **Généalogie de la morale familiale**. Paris: Seuil, 2003.

LOPES, Maria Fátima. A história de um campo acadêmico feminino no Brasil. In: IX CONGRESO IBEROAMERICANO DE CIENCIA, TECNOLOGÍA Y GÉNERO, Sevilla, 2012.

LOPES, Jr, Edmilson. As potencialidades analíticas da Nova Sociologia Econômica. **Sociedade e Estado**, UnB, v. 17, n. 1, p. 39-62, 2002.

MARQUES, R. Os trilhos da Nova Sociologia Econômica. In: **A nova sociologia econômica: uma antologia**. Rafael Marques e João Peixoto (Orgs). Oeiras: Celta Editora, 2003, p. 1-68.

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundofeminino. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). **História da vida privada no Brasil: da Belle Époque à Era do rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, v. 3, p. 374.

MAUSS. M. Ensaio sobre a dádiva. **Forma e razão nas sociedades arcaicas**. São Paulo: Edusp, 1950.

OLIVEIRA, A. M.; PIMENTEL, C. R. C. A relação da economia doméstica com a família, o feminismo e o gênero. In: III SEMINÁRIO NACIONAL GÊNERO E PRÁTICAS CULTURAIS: OLHARES DIVERSOS SOBRE A DIFERENÇA, 2011. Disponível em: <<http://www.itaporanga.net/genero/1/GT14/01.pdf>>. Acesso em: jan. 2015.

OLIVEN, R. G. De olho no dinheiro nos Estados Unidos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 27, 2001.

PILLA, M. C. B. A. **Manuais de civilidade, modelos de civilização**. 2009. Disponível em: <[http://www2.ufpel.edu.br/ich/ndh/downloads/historia\\_em\\_revista\\_09\\_maria\\_pilla.pdf](http://www2.ufpel.edu.br/ich/ndh/downloads/historia_em_revista_09_maria_pilla.pdf)>. Acesso: janeiro, 2014.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Tradução: Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

\_\_\_\_\_. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. São Paulo: Contraponto, 2012 [1977].

PONTES, H. Elias, Renovador da Ciência Social. In: **Dossiê Norbert Elias**. São Paulo: Edusp, 1997.

RAUD-MATTEDI, C. A Construção Social do Mercado em Durkheim e Weber: uma análise do papel das instituições na sociologia econômica clássica. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Universidade Federal de Santa Catarina. **Cadernos de Pesquisa**, n. 34, p.1-13, 2003.

- SMELSER, N. **A sociologia da vida econômica**. Livraria Pioneira: São Paulo, 1963 [1968].
- STEINER, Philippe. **A Sociologia Econômica**. São Paulo: Atlas, 2006.
- SWEDBERG, R. Preface. In: Swedberg, R. **Explorations in economic sociology**. New York: Russel Sage Foundations, 1993.
- WEBER, M. **História Geral da Economia**. São Paulo: Mestre Jou, 1968.
- \_\_\_\_\_. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Tradução de M. Irene de Q. F. Szmrecsányi e Tomás J. M. K. Szmrecsányi. 5. ed. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1987.
- \_\_\_\_\_. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: UnB, 1991.
- WEINSTEIN, Bárbara. As mulheres trabalhadoras em São Paulo. **Cadernos Pagu**, v. 4, Núcleo de Estudos de Gênero, UNICAMP, 1995, p. 143-171.
- \_\_\_\_\_. “Elas nem parecem operárias” – feminilidade e classe na América Latina no século XX. Tradução de Regina Xavier. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 17, n. 31, p. 145-171, jul. 2010.
- ZALOOM, C. **Out of the pits: traders and technology from Chicago to London**. University of London Press, 2006.
- \_\_\_\_\_. **A Moral History of the Household Budget**. Colloquium. CWI Workshop. The Center for the Study of Wealth and Inequality, November 7, 2013.
- ZELIZER, V. **The Social Meaning of Money**. New York: Princeton, 1994.
- \_\_\_\_\_. O Significado social do dinheiro – “dinheiros especiais”. In: **A Nova Sociologia Econômica: uma antologia**. Rafael Marques e João Peixoto (Orgs.). Celta Editora, Oeiras, 2003. p. 125-165.
- \_\_\_\_\_. **A negociação da intimidade**. Coleção Sociologia. Tradução de Daniela Barbosa Henriques. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

Recebido em: 10/01/2016

Aceito em: 07/07/2016

## Between Economics and the Feminist Criticism of “Rationality”: an overview of home economics courses in Brazil

### **Abstract**

From the perspective of economic sociology, which considers the economy to be a result of social constructs shaped by ethical, religious, moral and cultural principles, this article seeks to outline a portrait of the emergence and decadence of home economics schools, undergraduate courses and manuals in Brazil, correlating them with the waves of the feminist movement. In particular, we will highlight the growing field of studies on feminist criticism of economy, which comes forth as a direct criticism of mainstream economics, intending to deconstruct the idea of the *homo oeconomicus* from neoclassical theory. Thereby, this research seeks to show that, along these courses’s production of knowledge, there has been an obscuring of economic activities that involve the domestic and intimate environments, “symbolically” naturalizing the attribution of rational actions to men.

**Keywords:** Economics. Home economics. Feminist criticism. Economic sociology. Rationality.